

## QUEM MATOU APARECIDA? A POESIA ENGAJADA E OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA

Gisele Nunes Paz Vieira<sup>1</sup>  
José Geraldo da Rocha<sup>2</sup>  
Idemburgo Frazão<sup>3</sup>

**RESUMO:** Pretende-se neste artigo observar as questões de gênero e a sua relação com invisibilidade histórica das mulheres. Sociedades construídas a partir de princípios patriarcais tendem a restringir e excluir a participação feminina dos acontecimentos históricos, uma vez que o seu acesso à fala pública e atuação política são sistematicamente cerceados. Não somente elas, mas as classes populares experimentaram e experimentam até os dias atuais vários tipos de exclusão, que não se restringe à historiografia, avança também para o cotidiano desses indivíduos. Não obstante vários movimentos foram empreendidos com a finalidade de dar voz aos excluídos, a arte e a literatura exerceram um papel importante nas representações dessas classes. Nesse contexto pretendemos observar a poesia engajada de Ferreira Gullar e sua importância na aproximação e na representação da realidade social. Sua linguagem poética aproximou a arte das massas e efetivou uma atuação política através do conteúdo e da forma de suas obras, que longe de desprezar o valor estético, se focou na temporalidade para captar o movimento da sociedade e de suas personagens, ao mesmo tempo em que criticava a ordem estabelecida.

**Palavras-chave:** Ferreira Gullar – gênero – poder –sexismo – exclusão

**ABSTRACT:** It is intended in this article to observe issues of gender and its relation to the historical invisibility of women. Societies built with patriarchal principles tend to restrict and exclude female participation of historical events, once their access to public speech and political activity are systematically curtailed. Not only women, but the popular classes have experienced and experience until the present day various types of exclusion, which is not restricted to historiography, but is also present in the daily lives of these individuals. Despite that various movements were undertaken in order to give voice to the excluded, art and literature played an important role in the representations of these classes. In this context we intend to observe the engaged poetry of Ferreira Gullar and its importance in the approach and

---

<sup>1</sup> Especialista em Docência e Educação Básica pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e mestranda em Humanidades, Culturas e Artes pela Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO/RJ.

<sup>2</sup> Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Professor da Graduação e do Mestrado em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO.

<sup>3</sup> Doutor em Literatura Comparada pela UFRJ e mestre em Literatura Brasileira pela UERJ. Professor de Literatura Brasileira na Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO

representation of social reality. The poetic language of Gullar approached the art of the masses and effected their political action through the content and form of his work, that, far from despising the aesthetic value, focused on the temporality to capture the movement of society and its characters at the same time in which he criticized the established order.

**Keywords:** Ferreira Gullar – gender – sexism – power – exclusion

## INTRODUÇÃO

Lucien Febvre afirma que "a história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais." (apud LE GOFF, 1988, p.23), portanto sistematizar e ordenar o passado em função do presente seria a finalidade social da história.

O passado inferido como sendo, literalmente, a trajetória do homem através dos tempos, excluiu deliberadamente a história das mulheres. Segundo Michelle Perrot, as mulheres só conquistaram o direito de terem a sua história escrita por volta do século XX, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970. Essa exclusão nada mas é, do que a tradução de uma outra exclusão que se deu em relação à vida e ao espaço público. (PERROT, M. 2006, p.182)

Portanto o silêncio relativo às mulheres e a sua história não ficou restrito à historiografia, ele também se fez presente no cotidiano feminino, uma vez que o seu acesso à fala pública e sua atuação política foram cerceados.

A lacuna observada nas narrativas históricas devido à ausência de referências ao papel da mulher tem o Positivismo como um dos responsáveis por excluir a temática feminina do cotidiano. Outro aspecto que permitiu essa exclusão foi o fato de que a profissão de historiador era, eminentemente, masculina. Sendo a história escrita no masculino, naturalmente, os temas abordados se referem ao âmbito do poder masculino. Na esfera econômica a mulher improdutiva é ignorada, o social privilegia as classes em detrimento do sexo e à mulher é reservado o lugar de coadjuvante na história. (PERROT, M. 2006, p.185)

Somando-se a tudo isso, eram escassos os registros documentais sobre a atuação não só das mulheres, mas como das classes populares. Quando

estes registros existiam eram produzidos por homens e com representações elaboradas por eles – eram uns poucos atos administrativos ou registros policiais imprecisos. Na sociedade do século XIX, a influência da mulher se limitava a vida privada, e a história era centrada na esfera pública, portanto, privilegiava a atuação masculina e reforçava as relações de poder estabelecidas entre os sexos. (PERROT, M. 2006, p.186)

No curso da história, as mulheres foram mais imaginadas do que descritas ou contadas, desvendar sua trajetória e os motivos de sua exclusão, é antes de tudo, ir de encontro a um sem número de representações que as define e que precisam ser analisadas para se descobrir efetivamente como viam a si mesmas, como viviam e vivem até hoje.

Assim como às mulheres foi atribuída à invisibilidade e a exclusão históricas, baseadas, sobretudo, nas relações de poder nas quais prevalece à dicotomia dos papéis desempenhados segundo o gênero. Para as classes menos favorecidas a modernidade e o progresso econômico surgem como os responsáveis pela criação de uma parcela da população que está destinada à exclusão, tanto da história quanto da vida, por não se adequarem a nova ordenação. (BAUMAN, 2005, p.12)

17

## **OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA**

A separação entre o público e o privado desde o século XIX, se instituiu a partir de mudanças no sistema político e ideológico com a ascensão de uma sociedade liberal e capitalista. A distinção entre o que é de interesse público e o que deve permanecer na esfera privada é uma das principais responsáveis pela rigorosa separação entre os sexos, instituindo a esfera pública como espaços exclusivos do poder. Os homens investiram em uma organização de sociedade, na qual o público e privado eram bem delimitados, conseqüentemente as mulheres foram excluídas da vida pública, privadas, portanto, da participação política e administrativa. (PERROT, M. 2006, p.186)

As divisões de tarefas e a segregação social das mulheres eram traduzidas, entre outras coisas, na limitação do acesso ao mercado de

trabalho, estabelecendo-se quais ocupações seriam mais adequadas para elas. O trabalho assalariado lhes era delegado em função das necessidades familiares, assim como lhes cabiam os postos menos qualificados e pior remunerados. A lista de atribuições femininas era limitada e codificada como “trabalho de mulheres” – magistério, enfermagem, atendimento em lojas e escritórios, seriam ocupações socialmente aceitas para as elas, pois remetiam a ideia de uma vocação feminina natural para tais tarefas. A muitas era negado o direito de aprender a ler e a escrever, pois estas atividades eram um monopólio masculino, dessa forma ficavam também excluídas do universo artístico e literário. (PERROT, M. 2006, p.187)

A exclusão das mulheres pôde ser verificada também espacialmente. Sua participação na esfera pública se restringiu ainda mais quando espaços de confraternização e entretenimento como os pubs e cafés, antes espaços também femininos, se converteram em lugares predominantemente masculinos.

A despeito de todas as tentativas de exclusão feminina, Perrot aponta vários exemplos de experiências bem sucedidas acerca do protagonismo das mulheres na história. Dentro das limitações que lhes eram impostas, muitas mulheres da elite aprenderam a ler e a escrever. Embora não tivessem a mesma influência dos homens, se destacaram na vida pública, através de práticas filantrópicas. E as mulheres de classes populares que transitavam pelas cidades socializando e exercendo algum tipo de comércio para complementar a renda familiar, apesar da submissão aos maridos, exerciam poderes possíveis no âmbito doméstico.

Não obstante, forçadas pela sociedade industrial, que consolida e estrutura seu poder na divisão entre os sexos, a ter seu acesso restrito às esferas privadas da vida. O exercício do poder feminino, ainda que informalmente, contribuiu para a formação de uma insipiente consciência de gênero. (PERROT, M. 2006, p.170-171)

A sociedade industrial impõe uma nova ordem nas relações de trabalho, não somente transformações tecnológicas e industriais são percebidas, mas uma nova lógica disciplinar é instituída. A visibilidade e a vigilância são os

princípios básicos da disciplina nas fábricas, que operam em grandes áreas de confinamento facilitando o ir e vir dos operários e das matérias-primas permitindo a vigilância e o controle eficientes de pessoas e mercadorias. (PERROT, M. 2006, p.56-57)

Nos primeiros estágios da administração industrial, a disciplina dos espaços fabris é controlada rigorosamente quanto a horários, intervalos, feriados, conduta moral. Qualquer infração cometida é punida com demissões, multas, prisões e incriminações na justiça. As relações de trabalho são concebidas conforme o modelo familiar, o patrão faz às vezes de “pai” para seus operários, o que em certa medida torna atitudes reivindicatórias menos efetivas, dado o caráter paternalista das relações, que se expressam pela falta de combatividade dos empregados, evidenciando um mecanismo bastante sutil de dominação. (PERROT, M. 2006, p.60-62)

Com o objetivo de aumentar a produtividade, a regulamentação dos horários e o controle da produção se intensificam. Os processos produtivos são regidos, nesse contexto, por regulamentos, que expressavam exclusivamente a vontade patronal, como: fixação de horários, valor das multas, prescrições de conduta, disposições sobre salários, regras de higiene e segurança e proibições cada vez mais precisas sobre a circulação nos espaços de trabalho. Tais regulamentos sugerem duas intenções; econômica e política, esta tem como finalidade disciplinar os corpos e definir comportamentos. (PERROT, M. 2006, p.69-71)

Para que se cumprissem os regulamentos era necessário instituir um robusto esquema de vigilância, que se estendeu para além do perímetro das fábricas. Alcançou a vida cotidiana, através do surgimento de vilas operárias com a finalidade de ampliar a manutenção e o controle sobre a mão de obra e manter a organização coletiva dos indivíduos.

Deleuze definiu as áreas onde a disciplina se impunha, como espaços de confinamento, local onde os indivíduos alternavam-se progressivamente - primeiro a família, depois a escola, a caserna, a fábrica, vez ou outra o hospital e eventualmente a prisão. (DELEUZE, 1992, p.1)

Entretanto o controle excessivo gerava abusos de autoridade por parte dos patrões. Tais abusos tinham como consequência a insatisfação dos trabalhadores, sobretudo, com relação a jornadas de trabalho e aplicação exagerada de multas, que se traduzia em reivindicações, revoltas e greves. Portanto, após a Segunda Guerra a sociedade disciplinar experimenta uma crise, as estratégias de controle se mostravam progressivamente ineficientes para preservar os limites definidos pelos métodos disciplinares. Este processo de desestruturação foi dando lugar às sociedades de controle. (DELEUZE, 1992, p.2)

Nas sociedades de controle, a empresa substituiu a fábrica, a vigilância antes restrita aos espaços específicos e ao controle coletivo, passa a atuar de forma sutil e permanente. As relações de autoridade nos ambientes de trabalho se alteraram consideravelmente, os especialistas com seus testes e medições substituíram os porteiros e as multas e a disciplina é cada vez mais interiorizada. Nesta nova sociedade homens e mulheres são definidos pelo lugar que ocupam no processo de trabalho e suas consciências são dominadas pelo valor e pela utilidade de suas ocupações. (PERROT, M. 2006. p.80)

Na sociedade contemporânea, o controle sai dos espaços de confinamento e modula continuamente as consciências, que se transformam nos porteiros e vigias das antigas fábricas. A modernidade pressupõe uma “boa sociedade”, onde cada indivíduo possui um papel produtivo, portanto aquele que se torna desnecessário nesta cadeia é excluído da nova ordenação imposta pelo progresso. E para os indivíduos dispensáveis, aqueles a margem da sociedade capitalista, face ao desemprego, até mesmo a liberdade e o ócio se configuram uma forma de opressão. (BAUMAN, 2005, p.20)

No curso da história são inúmeras as justificativas para que uma determinada classe de indivíduos seja privilegiada em detrimento de outra. As questões de gênero são um fator excludente, assim como as classes sociais, aspectos culturais e na atualidade o progresso, marca registrada da modernidade, se configura o grande responsável pelas “baixas colaterais”, ou seja, os desconsiderados, refugados e excluídos das histórias e da vida.

É ainda missão da história, determinar quais fatos serão objeto de discussão, o que teria ou não utilidade em ser recriado, separar o relevante do irrelevante, destacar os vencedores e ignorar os vencidos. Portanto sem essa seleção não haveria história, é preciso classificar, separar e eventualmente excluir para organizar. (BAUMAN, 2005, p. 26)

## **A VOZ DOS EXCLUÍDOS**

A modernização da sociedade atingiu de maneira diversa os diferentes grupos sociais. Não somente a História procurou preencher as lacunas existentes sobre a participação das mulheres e das camadas populares nos acontecimentos históricos, mas também movimentos culturais ligados à esquerda, sobretudo, a partir da década de 1960, se voltaram para dar voz a esta população invisível, a resgatar sua identidade e seu protagonismo no cenário histórico. Artistas e intelectuais, muitos dos quais não tinham uma efetiva ligação com a militância política, influenciaram, por meio de suas obras, mesmo que difusamente a cena cultural e política do país. (RIDENT, 1999. p. 558)

Ferreira Gullar foi um desses intelectuais, teve uma importante participação política pelo conteúdo e pela forma de suas obras, que longe de desprezar o valor estético, se focou na temporalidade para captar o movimento da sociedade e de suas personagens, ao mesmo tempo em que criticava a ordem estabelecida.

Pode-se acompanhar pelas declarações, pela atuação política e até mesmo pelas obras de diferentes artistas, os debates e as divergências no seio da esquerda brasileira a partir dos anos 60, inclusive a virada do eixo temático predominante no seu interior, que foi aos poucos deixando de ser o da revolução, para tornar-se o da democracia e cidadania. (RIDENT, 1999. p. 562)

Poeta, autor de teatro, crítico e teórico de arte, Ferreira Gullar atuou como ator e espectador no movimento Concreto e Neoconcreto. Até romper com os movimentos de vanguarda, nunca havia tido contato com a política, entretanto sempre acalentou preocupações sociais que repercutiram em suas obras, sobretudo após conhecer as teorias marxistas. Em 1962 entrou para

CPC da UNE (Centro de Cultura Popular), engajou-se definitivamente a militância e alguns anos depois se filiou ao Partido Comunista. O CPC foi uma dissidência do Teatro de Arena e surgiu com a intenção de ser um centro de disseminação de cultura, dirigida à classe trabalhadora. (RIDENTI, 2012, p.7).

No entanto, o verdadeiro propósito do CPC era, segundo Gullar, conscientizar por meio da arte. Ele acreditava que poderia através de sua poesia chamar atenção para as mazelas do país e traduzir em linguagem artística a voz dos excluídos.

Gullar afastou-se dos antigos companheiros de vanguarda e passou a fazer poesia engajada. Mais preocupado com os objetivos políticos que com a qualidade estética e poética, escreveu seus primeiros poemas de cordel, entre eles *João da Boa Morte, cabra marcado para morrer*, que tratava dos conflitos agrários; *História de um valente* que contava sobre a prisão do revolucionário Gregório Bezerra no Recife e *Quem matou Aparecida? História de uma favelada que ateou fogo às vestes*, narra a história de uma mulher que ao ver seu filho morrer de fome, enlouquecida pela dor, dá cabo da própria vida ateando fogo em si mesma. (GULLAR, 2015. P. 56)

Para Gullar, a obra deveria se utilizar de todos os meios para atingir os espectadores, e recitar, cantar, ler em voz alta seria um recurso a ser resgatado, ademais “dizer poesia é um dos modos mais eficazes de comunicá-la.” Portanto, no poema de cordel, ele resgatou a sonoridade dos versos e o lirismo que emociona e aproxima a linguagem poética do cotidiano, para dar voz aos excluídos e conscientizar as pessoas. (GULLAR, 2015, p.80).

No poema de Gullar, *Quem matou Aparecida? História de uma favelada que ateou fogo às vestes*. A personagem *Aparecida* integra a legião de pessoas “invisíveis”, os extremamente pobres, que segundo dados do IPEA são indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria), em 2014 esse número estava em 8.191.008,00.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> IPEADATA: Base de dados e indicadores sociais.(Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em 29/06/2016).



Logo nos primeiros versos de *Aparecida* fica explícito a sua condição social e o ambiente de penúria destinado a essa grande parcela da população.

Segundo Bauman, esse grande contingente de indivíduos refugados, essa população excedente, em vez de contribuírem para o funcionamento da economia geram mais despesas. Em uma sociedade de consumidores, seriam os “consumidores falhos”, carentes e incapazes de ampliar o mercado de consumo, força motriz da modernidade, portanto, pessoas supérfluas, marginalizadas, desnecessárias e indesejadas. (BAUMAN, 2005. p. 53-55)

“Aparecida, esta moça  
cuja história vou contar,  
não teve glória nem fama  
de que se possa falar.  
Não teve nome distinto:  
criança brincou na lama,  
fez-se moça sem ter cama,  
nasceu na Praia do Pinto,  
morreu no mesmo lugar.

Praia do Pinto é favela  
que fica atrás do Leblon.  
O povo que mora nela  
é tão pobre quanto bom:  
cozinha sem ter panela,  
namora sem ter janela,  
tem por escola a miséria  
e a paciência por dom.  
[...]  
É sua história esquecida  
de poucos meses atrás,  
e essa vida perdida  
de uma moça sem cartaz  
[...]  
carregava baldes d'água  
para banhar e beber.  
Comida pouca e água suja  
que até dá raiva dizer.  
[...]  
Da porta de seu barraco,  
de zinco e madeira velha,  
À sua volta a pobreza,  
a fome, a doença, a morte;  
[...]

A produção de pessoas supérfluas é apenas uma consequência do progresso. Para os indivíduos sem função nesse sistema produtivo resta a invisibilidade ou o seu intencional emudecimento. (BAUMAN, 2005. p. 54)

Há ainda quem atribua tal situação à ausência de uma sociedade democrática e socialmente mais justa.

“A democracia representativa ainda está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade brasileira, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, em que pesem as diferenças político-ideológicas entre os partidos.” (CARNEIRO, S., 2003, p.127)

As diferenças de gênero, assim como as de raça são fatores que identificam e classificam socialmente os indivíduos em uma sociedade de classes. A tendência destas sociedades de naturalizar as desigualdades se consubstancia nos supostos fatores biológicos existentes entre as raças e os sexos. Tais construções sociais acabam por influenciar também as relações sociais no que se refere à organização espacial, delimitando inclusive o ambiente físico ocupado pelas pessoas. (STOLCKE, 1991. p. 110)

Os estereótipos de gênero, herança da sociedade escravocrata, reproduzem até os dias de hoje a depreciação estética, cultural e social de homens e mulheres negras em relação ao supervalorizado espaço ocupado pelos homens e mulheres brancas na sociedade. Promovendo o conceito de negros, independente do sexo, como gêneros subservientes, estabelecendo a condição biológica como fator determinante de igualdade. Configurando, no caso das mulheres, uma dupla “subvalorização”, o que equivale a dizer que “o racismo rebaixa o *status* dos gêneros (...). Nesse sentido, o racismo também superlativa os sexos por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos.” (CARNEIRO, S. 2003, p. 119)

O século XIX foi um divisor de águas que instituiu definitivamente as fronteiras entre o público e o privado. O Positivismo se encarregou de consubstanciar esta tese, que concerne ao espaço público às decisões políticas, imperativo masculino, que a biologia e a medicina trataram de reforçar garantindo a divisão das espécies quanto ao sexo. “Aos homens o

cérebro, a inteligência, a razão lúcida e a capacidade de decisão. As mulheres o coração, a sensibilidade, os sentimentos.” (PERROT, M. 2006 p. 117)

A mulher possui aptidão prática, nunca intelectual, portanto jamais deveria ocupar cargos públicos ou lugares que lhe exigissem decisões políticas. O homem por sua vez era destinado à esfera pública ou quaisquer outras atribuições estatais ou científicas.

Mais adiante no poema Gullar destaca as relações subalternas reservadas as mulheres em uma sociedade que se estrutura, delimita seus espaços e estabelece papéis sociais de acordo com as relações entre raça e sexo. O poeta chama atenção ainda para desigualdade entre gêneros no que diz respeito ao mercado de trabalho.

[...]  
Quando saiu com o embrulho  
(dois vestidos e um espelho  
redondo, de propaganda)  
a mãe lhe deu um conselho:  
"Veja lá por onde anda.  
Cuidado com homem velho  
e português de quiranda.  
Pra rico é fácil ter filho;  
pra pobre, a vida desanda".  
[...]  
Foi muito bem recebida  
pela patroa e o patrão.  
Ganhou um quarto pequeno  
e uma cama de colchão.  
Quarto escuro, colchão duro,  
mas como querer melhor  
quem sempre dormiu no chão?  
[...]"

25

Vale ressaltar que Gullar não especifica claramente se a personagem *Aparecida* era negra, entretanto pode-se especular a respeito, pois Margareth Rago aponta para a relação entre o gênero e raça e os trabalhos domésticos nas primeiras décadas do século XX. Os postos de trabalho nas fábricas eram ocupados, em sua grande maioria, por imigrantes jovens e brancas, os serviços braçais, antes realizados pelos escravos, eram associados à incapacidade intelectual e pessoal, e conseqüentemente destinados as mulheres das

camadas mais pobres da população e as negras. (apud DEL PRIORY, 2006, p.589)

Outros estudos esclarecem que, nos dias atuais, a mobilidade social para estas mulheres não apresentou ganhos significativos em relação à expansão do mercado de trabalho, elas ocupam os cargos com menores rendimentos e menos reconhecidos, e 48% das mulheres negras trabalham como empregadas domésticas. (LIMA, M. apud CARNEIRO, S. 2003, p.121)

Apesar da crescente industrialização do século XX, e a incorporação cada vez maior das mulheres ao mercado de trabalho e a esfera pública, o trabalho feminino sempre esteve relacionado às questões de sexualidade. O espaço público se desenhava como ameaçador à “integridade moral” das mulheres, com referências, recorrentes, ao adultério, virgindade e prostituição. (RAGO, M. apud DEL PRIORY, 2006, p.589)

A empregada doméstica que morava na casa dos patrões era uma referência quando se pensava a presença da mulher negra nos centros urbanos. Compartilhavam da intimidade dos patrões, frequentavam o círculo social sempre na posição de subalternidade. A prática do concubinato era, portanto, comum, pois a mulher neste contexto era vista como objeto de prazer extraconjugal. (RATTS, A. 2003, p.13)

A seguir Gullar expõe essa relação de concubinato com evidente prejuízo para sua subjetividade e afetividade da mulher. Resvalando, na maioria dos casos, para a violência no espaço doméstico e fora dele.

O poeta carrega na emoção e abusa das cenas fortes para sensibilizar o leitor e reforçar a condição de subalternização e exclusão a que estão submetidos os trabalhadores domésticos. Que a despeito de dividir com os patrões os espaços familiares, não usufrui de direitos sociais nem quaisquer prerrogativas que facilite sua inclusão na vida social, pelo contrário, o que se observa são práticas de segregação espacial e social em tais relações.

[...]  
A vida de Aparecida  
corria tranquila e bela.  
Ainda por cima seu Vinhas  
simpatizava com ela,  
indagava de sua vida  
e das coisas da favela.

Um dia pegou-lhe o braço  
e puxou-a para si.  
Lhe disse: "Me dá um abraço,  
que eu gosto muito de ti".  
Largou-a ao ouvir os passos  
de alguém que vinha pra ali.

Mas de noite ele voltou.  
Deitou-se ao lado dela  
e ela não se incomodou.  
[...]  
Um dia ali esquecida  
começou a reparar  
que em sua entranha uma vida  
começara a despertar.  
[...]  
Trabalhou até que um dia  
numa fila de feijão  
perdeu as forças, caiu,  
e teve o filho no chão.  
Da casa onde trabalhava  
logo foi mandada embora.  
"Empregada que tem filho  
não serve, que filho chora".  
[...]"

27

O poema evidencia uma realidade e dimensiona para o leitor, a problemática da mulher na sociedade, rompe o silêncio sobre outras formas de opressão além do sexismo, que há muito tem sido elemento principal de dominação e de controle femininos.

As sociedades se construíram hierarquicamente baseadas na compreensão de que a relação entre o masculino e o feminino é uma questão natural, como aponta Joan Scott.

“A articulação do conceito de classe no século XIX baseava-se no gênero. Quando, por exemplo, na França os reformadores burgueses descreviam os operários em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas), os dirigentes operários e socialistas respondiam insistindo na posição masculina da classe operária (produtores fortes, protetores das mulheres e das crianças). Os termos desse discurso não diziam respeito explicitamente ao gênero, mas eram reforçados na medida em que se referenciavam a ele.” (SCOTT, J. 1990, p.26-27)

O corpo do trabalhador possui relação direta com a submissão, no caso das mulheres essa submissão é fundamental para garantir o estatuto do poder masculino. Desde o século XIX o direito do trabalho, no sentido de intervenção do Estado, compreende as mulheres não só como pessoas, mas como “reprodutoras eventuais”, portanto evocam um discurso protetor não apenas sobre as relações de trabalho, mas também sobre seu papel como reprodutora. (p.43-44). O foco central de tais discussões recai sobre a negligência do papel doméstico em função da vida profissional e a concorrência salarial com os homens. Aspectos como: meios para conciliação das jornadas de trabalho com a vida doméstica, discrepâncias salariais entre homens e mulheres e sindicalização só aparecem no final do século XIX, entretanto somente entre os anos de 1970 e 1980 é que se operam importantes mudanças no direito do trabalho e no direito civil. (DHOQUOIS, R. apud MATOS, M. S.; SOIHET R., 2003, p.43-44)

A despeito dessas mudanças, observa-se a continuidade das representações femininas em relação ao trabalho, tal qual existiam no século XIX. Persiste ainda a ideia de “natureza feminina” associada ao lar que corrobora com a prática de divisão sexual do trabalho, e observa-se que a capacidade de questionar certos costumes nas relações trabalhistas não mostrou a mesma evolução que o direito.

O capitalismo liberal exige uma flexibilidade crescente dos trabalhadores, no caso dos mais frágeis, menos qualificados ou das mulheres, esse fato ocasiona o aumento das relações trabalhistas baseadas em práticas de submissão. (DHOQUOIS, R. apud MATOS, M. S.; SOIHET R., 2003, p.43-44)

Reproduzindo relações e comportamentos históricos *Aparecida* cumpre a sina de muitas mulheres, desempregada, sem qualificação que permita seu retorno ao mercado, impossibilitada de sustentar a si e ao filho se submete a relações de trabalho abusivas e submissas, como podemos atestar no trecho a seguir.

[...]  
Em outras casas bateu  
mas de nada adiantou.  
Depois de muito vagar,

pra casa da mãe voltou.  
Mas o problema da fome  
assim não solucionou.  
Não teve outra saída:  
na prostituição entrou.  
[...]"

A personagem evoca uma anomalia ou anormalidade de condição. Segundo Bauman a ideia de redundância caracteriza a sociedade moderna, não como um problema passageiro, mas como uma condição. A relação paradoxal imposta pela modernidade gera indivíduos desnecessários, na medida em que não existem postos de trabalho para todos, ao mesmo tempo em que acena para uma sociedade ideal onde todos deveriam ter uma função produtiva. Não ter função significa ser “extranumérico”, sem utilidade. “Redundância compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com refugio.” Em uma sociedade onde ter uma função produtiva é o destino de todos os indivíduos, o desemprego é uma condição excludente e o destino do “refugio” é o lixo, entretanto em nossa ideia de sociedade não existe um lugar reservado ao refugio humano. (BAUMAN, 2006. p.19-20-21)

29

[...]  
Até que um dia encontrou  
um rapaz que gostou dela  
que se chamava Simão  
e morava na favela.  
Decidiram viver juntos  
e a vida ficou mais bela.  
[...]  
Ela lavava pra fora  
e cuidava do filhinho  
que, de mal alimentado,  
era magro e doentinho  
mas que dela merecia  
todo desvelo e carinho.

Simão, que era operário,  
trabalhava numa usina.  
[...]  
Simão ganhava tão pouco  
que mal dava pra comer,  
menos que o salário mínimo  
que está na lei pra inglês ver...  
Nem sempre tinha jantar  
nem o que dar de beber  
ao menino que chorava  
sem poder adormecer.

[...]  
E eis que um dia Simão  
participou de uma greve.  
Veio a noite e Aparecida  
dele notícia não teve.  
Os companheiros disseram  
que a policia o deteve.

[...]  
Esperou que ele voltasse.  
Os dias passaram em vão.  
O menino já chorava  
sem ter alimentação.  
Ela já nem escutava  
tamanha a sua aflição.

Quase imóvel, dia e noite,  
ficou assim na janela  
à espera de que Simão

[...]  
Quanto tempo se passara?  
Quanto dia se apagou?  
Até o menino calara,  
até o vento parou.  
Aparecida repara  
que alguma coisa acabou.

Era uma coisa tão clara  
que ela própria se assustou.  
Por que calara o menino?  
Que mão nova o afagou?  
E sobre o corpinho inerte  
chorando ela se atirou...

[...]  
Foi assim que Aparecida  
sem pensar e sem saber  
derramou álcool na roupa  
pra logo o fogo acender.  
E feito uma tocha humana  
foi pela rua a correr  
gritando de dor e medo  
para adiante morrer.  
[...]"

Bauman sinaliza para as “baixas colaterais” que atingiram sucessivas gerações no curso do progresso. O progresso fora proclamado como produtor de felicidade por si mesmo, entretanto esse fato não se concretizou, vivemos uma era de incertezas onde os objetivos estão cada vez mais indefinidos. A modernidade pressupõe a transformação constante, a resposta para não ser



excluído desse processo é estar em constante movimento, sempre perseguindo algum projeto. (BAUMAN, Z. p.34).

Aquele que não se ajusta a lógica de uma sociedade projetada, assim como *Aparecida*, perece ou é refugado para manutenção do sentido e do ordenamento social.

Os sentidos para exclusão são inúmeros, mas os sentimentos de inferioridade, rejeição, raiva, incapacidade são os mesmos. Tais indivíduos encaram e si próprios com inferioridade, incapazes de vencer a inércia mergulham e aceitam o veredito que lhes é imposto pela sociedade, que os acusam de “toda espécie de iniquidades, como tramar, trapacear, viver à beira da criminalidade, mas sempre de se alimentarem parasitariamente do corpo social” (CZARNOWSKI, S. apud BAUMAN, 2005 p.55)

[...]  
Quem matou Aparecida?  
Quem foi que armou seu braço  
pra dar cabo da vida?  
Foi ela que escolheu isso  
ou a isso foi conduzida?  
Se a vida a conduziu  
quem conduziu sua vida?

Por que existem favelas?  
Por que há ricos e pobres?  
Por que uns moram na lama  
e outros vivem como nobres?  
Só te pergunto estas coisas  
para ver se tu descobres  
[...]

Nos versos finais Gullar induz o leitor a vários questionamentos que suscitam reflexões e remetem a temáticas ainda atuais. A despeito de o poema datar de 1962, a realidade dessas mulheres parece não ter sido consideravelmente alterada, na medida em que relações de raça e gênero ainda insistem em permear as sociedades modernas tal qual nos séculos passados. É bem verdade que houve avanços, mas a exclusão e a segregação continuam sendo um dos efeitos deletérios do progresso e de práticas sexistas e racistas. Expandir mentes e consciências para as problemáticas humanas é um dos papéis sociais da arte diz Gullar.

“Através dos tempos a poesia cantou e contou batalhas, mentiu muito, louvou heróis falsos e verdadeiros. Divertiu as cortes, defendeu os valores aristocráticos, criticou os tiranos, ajudou a desvelar a alma humana, louvou o trabalho, condenou a injustiça, exaltou o amor, a beleza e a vida.” (GULLAR, F. 2015. p. 76)

A arte e a história contribuíram para colocar aspectos do universo feminino como temas de discussões. Proporcionando novas perspectivas e olhares que apontam para as implicações sociais nas representações de homens e mulheres, que têm na diferença entre os sexos, uma maneira de compreender as relações humanas. (SCOTT, J. 1995. p.23)

Atualmente as reflexões tem se voltado para perceber como a história tem participado na produção do saber sobre as diferenças sexuais. Sob essa ótica o conhecimento histórico não é o retrato fiel da realidade vivida, mas oferece um meio para compreender o processo de produção do gênero e sua relação com a história.

Entender a produção do gênero, segundo Schott estabeleceria uma nova direção nas pesquisas sobre a mulher na história. As relações entre mulheres e homens não deveriam ser estudadas em separado, como no início dos anos 70, pois a visão parcial não modificava o olhar sobre importância atribuída às atividades femininas, apenas as separava de forma hierárquica e inferior em relação aos temas masculinos. A história ao trazer a vida das mulheres somente como um suplemento, ou com um viés compensatório, por anos de exclusão, seria incompleta. Uma vez que estaria desconsiderando as questões de dominação e objetividade sobre as quais as normas disciplinares são estruturadas, e não responderiam a pergunta: por que as mulheres e as classes populares ficaram invisíveis durante tanto tempo na história? (SCOTT, J. 1992. p. 79)

Reconstruir a história dessas mulheres é preencher as lacunas deixadas pela ausência de sua participação nos acontecimentos, é reafirmar seu protagonismo e refutar as relações sociais baseadas em hierarquias de gênero construídas e legitimadas ao longo do tempo.

Muitas ações têm contribuído para colocar em pauta tais discussões. Os movimentos feministas ressurgidos na década de 1960 vêm proporcionando a

construção de uma identidade coletiva de mulheres com interesses afins contra a subordinação, a invisibilidade, a desigualdade, ao mesmo tempo em que estimula o controle sobre seus corpos e suas vidas. (SCOTT, J. 1992. p. 67)

Para Schott, escrever a história das mulheres envolve muito mais que registros temporais conectados com questões políticas. Implica na busca de respostas sobre sua invisibilidade através das relações entre experiências femininas e masculinas considerando as questões de gênero na organização e na elaboração do conhecimento histórico. (SCOTT, J. 1992. p. 69)

Não somente a história, mas a arte e a literatura lançam luz sobre vários aspectos da vida. E para Gullar a função da poesia é falar, é se voltar para os problemas, as lutas e perplexidades do homem. (GULLAR, F. 2015. p. 78)

O grande desafio na atualidade é dar um outro enfoque para as relações sociais que privilegie as identidades como construções históricas. Articular e efetivar ações que estejam em concordância com projetos de impliquem na superação das imbricações entre racismo e sexismo.

33

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. *Danos colaterais: Desigualdades sociais numa era global*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013
- \_\_\_\_\_. *Vidas Desperdiçadas*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005
- CAMENIETZKI, E. Z. *Poesia e política: a trajetória de Ferreira Gullar*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Revista Estudos Avançados*. N. 17, 2003
- DELEUZE, G. *Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle*, in *L'Autre Journal*, nº 1, maio de 1990, e publicado em *Conversações, 1972 – 1990*, Trad.: Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992
- PERROT, M. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006
- \_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.
- GULLAR F. *Autobiografia poética e outros textos*. São Paulo: Autêntica, 2015
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas SP: Unicamp, 1990.
- MATOS, M. S.; SOIHET, R. O corpo feminino em debate. São Paulo: UNESP, 2003
- RATTS, A. *Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras*. XXVII Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo, 2003

RIDENTI, M. *Cultura e política: Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, Dossiê 07, p. 4-62, 2012 (Disponível em <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie07>). Acesso em 29/06/2016.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez., 1995

\_\_\_\_\_. *História das mulheres*. In. BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992

STOLCKE, V. *Sexo está para gênero, assim como raça está para etnicidade?* *Estudos Afro-Asiáticos*, n.20, 1991